

DOM PEDRO II: O IMPERADOR TRADUTOR



ROMEU PORTO DAROS

Resumo: Na primeira metade do século XIX a Europa era um caldeirão de revoluções, onde se confrontavam a nobreza absolutista e a burguesia liberal. As potências industriais europeias competiam entre si na formação de grandes impérios econômicos e na influência sobre os países dos outros continentes. Nesse período, o Brasil se consolidava como nação e dava início ao segundo império com Dom Pedro II, último imperador brasileiro. O governante Dom Pedro II também teve que lidar com as disputas entre liberais e conservadores; contudo, soube superá-las, unificou a nação e a inseriu internacionalmente com a exportação do café. Mas, além das tarefas típicas de um monarca, Dom Pedro II dedicou-se às letras e às artes, e em particular ao estudo de línguas e à tradução. Porque Dom Pedro II dedicou-se à tradução? Qual foi a motivação de Dom Pedro II para traduzir: foi pessoal, política ou de outra natureza? Quais as estratégias utilizadas, e quais os métodos e critérios adotados para fazer escolhas entre as opções tradutórias que se apresentavam? Enfim, quem era Dom Pedro tradutor? Esse é o objeto deste artigo, discutir brevemente sobre essa faceta pouco conhecida de um dos personagens mais importantes da história do Brasil.

Palavras-chave: tradução; segundo reinado; Dom Pedro II

Abstract: In the first half of the Nineteenth Century, Europe was a cauldron of revolutions where the absolutist nobility and the liberal bourgeoisie clashed against each other. The European industrial powers competed to create great economic empires and exert influence on countries in other continents. During that period, Brazil was in the process of consolidating itself as a nation, and the second empire, with Dom Pedro II at the helm, the last emperor of Brazil, had just started. Dom Pedro II also had to deal with the disputes between liberals and conservatives; however, he was able to overcome those, unified the nation and inserted it in the international arena with the export trade of coffee. But beyond the typical tasks of a monarch, Dom Pedro II also devoted himself to literature and the arts, and in particular to the study of languages and translation. What was Dom Pedro II's motivation to translate: was it personal, political or other? Which strategies, methods and criteria did he use to make choices between translation options? Finally, who was Dom Pedro the translator? Such is the subject of this article: briefly discuss this little-known facet of one of the most important characters in Brazil's history.

Keywords: translation; second reign; Dom Pedro II

Para James Holmes (1972), a tradução não é meramente uma transposição linguística, mas um ato de comunicação que (re)interpreta textos de uma língua noutra, em determinado contexto sociocultural e com uma determinada finalidade.

Para Gideon Toury (2001), as culturas recorrem à tradução como uma forma de preencherem suas lacunas literárias e essa é feita a partir de normas concebidas para satisfazerem certas necessidades da cultura receptora e dos seus membros.

Para Itamar Even-Zohar (1990), a literatura traduzida compõe um sistema que faz parte do polissistema da literatura da língua de chegada, e esse, por sua vez, é parte do polissistema cultural de uma nação e/ou de uma comunidade linguística. Um polissistema mantém relações com outros sistemas, tanto da cultura de chegada quanto de outras culturas. Nesse entendimento, a tradução funciona como um processo de transferência cultural.

Gideon Toury e Itamar Even-Zohar têm a preocupação de descrever os produtos, as funções e os processos tradutórios¹, porém, mais que isso, de explicá-los e de medir o impacto das traduções nos sistemas receptores. Ou seja, eis uma visão da tradução como criadora de uma nova linguagem na cultura de chegada, que pode produzir novas práticas, novas ideias e novos comportamentos (Toury, 1995).

O Brasil nasceu sob o marco da tradução. Os primeiros oriundos do velho continente, ao aportarem nas novas terras da América, tiveram que, imediatamente após sua descida em solo, exercitar sua competência tradutória; primeiramente, tentando compreender signos expressos através de gestos, olhares, sinais e mesmo mímica; posteriormente, buscando dominar as regras e o léxico da língua do povo com o qual iniciavam uma relação. A carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei Dom Manuel I, em 1500, assim narra a situação comunicativa no primeiro encontro dos portugueses com os habitantes do Brasil:

O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata (CASTRO, 1998, P. 21).

O empenho de fazer tradução nesse primeiro contato foi motivado pela necessidade de se relacionar com um povo do qual nada se conhecia. Não havia saber prévio de sua cultura, dos seus costumes, da sua forma de organização social e política, da sua história, e da língua falada por eles. Pode-se dizer que a tradução aqui exercitada foi uma espécie de tradução “pura e imediata”,

¹ Os conceitos de produtos, funções e processos tradutórios são aqui utilizados de acordo com o mapa de James Holmes, para quem os estudos descritivos focados no produto descrevem as traduções existentes; os focados na função, para além da tradução em si mesma, procuram descrever suas funções circunstanciadas na realidade sociocultural receptora; já os focados no processo, estudam os procedimentos durante o ato tradutório. HOLMES (1972. 1988, 2000)

pois não foi mediada nem orientada – seja do ponto de vista dos europeus, seja dos nativos – por nenhuma ciência. Não foi mediada pela Antropologia, pela Filosofia, ou pela Linguística; deu-se apenas pela necessidade de comunicação e foi exercitada de forma oral. Sobre esse aspecto, diz Wyler (2003):

Em termos documentais a tradução oral teve início com o achamento do Brasil. A tradução escrita, por sua vez, fez sua primeira aparição em 1549, com a vinda dos jesuítas, praticamente limitada, durante séculos, aos universos escolar e burocrático – e para línguas-alvos diferentes do português (p. 29).

A necessidade de comunicação em situação tão adversa estabeleceu, pode-se assim dizer, o primeiro método de estudo de línguas da história brasileira: “os línguas”. De acordo com a Carta de Pero Vaz de Caminha, um manco degradado de nome Afonso Ribeiro foi mandado “para ficar lá” junto aos índios e “saber de seu viver e maneira” (CASTRO, 1998, p. 22). Para Wyler (2003, p. 34) “os línguas ou intérpretes” funcionavam como mediadores para que a comunicação efetivamente ocorresse entre os europeus e os habitantes nativos.

Após esse primeiro momento, o uso da tradução se ampliaria para além da necessidade de comunicação imediata e passaria a fazer parte das necessidades da colônia e da constituição da nação. Seu uso cresceria nas diversas áreas necessárias ao desenvolvimento da nova terra, quer fosse na educação e na literatura, quer fosse na economia.

Com a fuga da família imperial para o Brasil, em 1808, uma das primeiras ações do príncipe regente, Dom João VI, foi promover a abertura dos portos brasileiros às “potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa,...” (CASTRO, 1998, p.98). E a Inglaterra era a principal aliada de Portugal no cenário europeu, uma vez que, tanto Portugal como a Inglaterra, encontravam-se em guerra contra a França Napoleônica e seus ideais iluministas. Essa medida aumentou a necessidade prática do uso do inglês, o que fez crescer sua importância no sistema de ensino, levando o príncipe a produzir o *Decreto de 22 de junho de 1809* criando as cadeiras de inglês e francês no ensino oficial brasileiro (OLIVEIRA, 1999, p. 18) - o francês porque, apesar da guerra, era a língua de cultura, e o inglês por conta das relações econômicas e alianças políticas.

Se detalhássemos a tradução em cada período da história do Brasil, poderíamos examinar as influências dos contextos e das classes dominantes no uso da tradução. No entanto, um tradutor e um período em particular compõem o objeto de análise deste trabalho: Dom Pedro II e o segundo reinado, que se inicia em 1840 e se encerra com a proclamação da República em 1889.

Imperador Dom Pedro II: o poeta-tradutor

Dom Pedro II viveu entre 1825 e 1891. O ilustre governante, considerado um intelectual, admirador das ciências, apreciador das artes e da literatura, teve seu governo caracterizado pela liberdade de informação e pela tolerância. Dedicou-se à leitura e estudou idiomas, dentre os quais grego, latim, inglês, francês, italiano, provençal, alemão, hebraico, sânscrito, além do tupi-guarani. O seu trabalho como tradutor é pouco conhecido mesmo no mundo acadêmico, onde são exíguas as pesquisas a respeito. Traduziu poemas e textos

religiosos de tradição judaica e católica, e fez traduções entre vários pares de línguas.

Os netos de Dom Pedro II publicaram em 1889 um livro de poesias e traduções do imperador. Nesse livro constam poemas de sua autoria e traduções diversas². Outra parte de suas traduções foram publicadas em 1891, em *Poesias Hebraico-Provençales*. Algumas traduções nunca foram publicadas e seu acesso requer pesquisa direta nos locais onde essas obras se encontram.

Por que Dom Pedro II se dedicou tanto à tradução? Qual tipo de reescritura pretendeu fazer? Quais regras seguiu? É possível percebê-las no ato da leitura? Seu interesse foi pessoal, político ou possuía outras motivações?

Este artigo é parte de uma pesquisa mais extensa que estou fazendo para minha dissertação sobre o processo criativo nas traduções do italiano para o português dos Cantos V e XXXIII do *Inferno* da *Divina Comédia* de Dante Alighieri, feitas por Dom Pedro II, último imperador do Brasil, poeta e tradutor. Portanto, não se pretende aqui dar resposta a esse vasto leque de questões. O objetivo é problematizar e chamar a atenção para as possíveis lacunas na história da tradução no Brasil e motivar mais pessoas a pesquisarem sobre Dom Pedro II e outros tradutores/autores, talvez, pouco estudados na literatura brasileira. Este artigo também compõe um estudo mais amplo sobre as traduções de Dom Pedro II que está em curso no Núcleo de Processos Criativos (NUPROC), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O contexto do século XIX

O século XIX irrompeu na Europa marcado pelos abalos gerados pela Revolução Francesa e pelo novo papel social da burguesia. No meio da disputa entre a França Napoleônica, com seus ideais iluministas, e a Inglaterra, em expansão industrial, aliada a Áustria, Prússia e Rússia, o príncipe regente de Portugal, Dom João VI, mudou a corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, elevando a categoria da colônia a reino. Para Sodré (1998), em seu *Panorama do Segundo Império*, a fuga de D. João VI foi o “momento culminante da migração Lusitana” (p. 36) para o Brasil. Diz ainda: “Agora, não são mais os necessitados, de toda a espécie e de todos os graus que acorrem ao Brasil. É a sua nobreza. É a sua corte. É o seu rei” (p. 36).

A Europa, na primeira metade do século XIX, atingira níveis de desenvolvimento significativos. Hobsbawm (2010), em seu livro *A Era das Revoluções*, acentua que: “A ciência nunca fora tão vitoriosa; o conhecimento nunca fora tão difundido” (p. 466).

O desenvolvimento industrial europeu consolidou o capitalismo e fez emergir suas contradições e antagonismos de classe. O liberalismo, derivado do racionalismo iluminista, originou uma sociedade baseada na exploração do trabalho assalariado. O plano econômico foi fundamentado na liberdade de produção e de comércio, e o plano político na liberdade individual e de pensamento, com a formação de governos constitucionais.

² ALCÂNTARA, D. Pedro de. *Poesias originaes e traducções de S. M. o Senhor D. Pedro II. Homenagem de seus netos*. Petrópolis: Typografia do Correio Imperial, 1889.

Hobsbawm (2010, p. 473) expõe que: “O mundo da década de 1840 era completamente dominado pelas potências europeias, política e economicamente, às quais se somavam os Estados Unidos”. E destaca que:

[...] dentro deste domínio ocidental, a Grã-Bretanha era a maior potência, graças a seu maior número de canhoneiras, comércio e bíblias. A supremacia britânica era tão absoluta que mal necessitava de um controle político para funcionar (2010, p. 473).

Em 1848 a Europa era um caldeirão de revoluções em que se enfrentavam as nobrezas absolutistas e as burguesias liberais. No meio dessa disputa nasceu uma nova filosofia de postulações socialistas e anticapitalistas, cujas ideias foram publicadas no *Manifesto Comunista* (1848) de Marx e Engels. Sobre o "espectro do comunismo" que aterrorizava a Europa nesse período, Hobsbawm registra:

[...] a revolução que eclodiu nos primeiros meses de 1848 não foi uma revolução social simplesmente no sentido de que envolveu e mobilizou todas as classes. [...] Quando a poeira se assentou sobre suas ruínas, os trabalhadores – na França, de fato, trabalhadores socialistas – eram vistos de pé sobre elas, exigindo não só pão e emprego, mas também uma nova sociedade e um novo Estado. (2010, p. 477-478).

Entre 1815 e 1871, a Europa foi palco de um grande número de conflitos e guerras de independência, com as populações incorporando o ideal nacionalista (SCHNEEBERGER, 2006). Alemanha e Itália concluíram suas unificações e se tornaram nações, e o Império Britânico emergiu como o primeiro poder.

Na segunda metade do século XIX, Inglaterra, França e Alemanha, as grandes potências industriais, competiam entre si na formação de grandes impérios econômicos e no poder de influenciar os povos e países dos outros continentes. Para Alencar:

Os países industrializados, já na fase do capitalismo monopolista, se expandiram agora não apenas exportando mercadorias, mas através de investimentos de capitais nos países periféricos. (1996, p. 163)

Quanto à inserção do Brasil neste contexto, expõe que: “Através da exportação do café, a economia brasileira reintegrou-se ao mercado mundial” (p. 163).

O Segundo Reinado é o período em que o Brasil foi governado por Dom Pedro II, de 1840 a 1889. Iniciou-se com a declaração de maioridade de Dom Pedro II, em 23 de julho de 1840, quando o jovem imperador tinha quinze anos incompletos de idade. A antecipação da maioridade de Dom Pedro II foi arquitetada pelos liberais, em oposição aos conservadores que dominaram o cenário político nacional durante o período regencial, iniciado com a abdicação de Dom Pedro I em 1831. Mas, tanto liberais como conservadores representavam os proprietários rurais.

No entanto, essa linha divisória e imaginária, traçada pelo historiador político, nem sempre reflete a coerência das posições que assumiram as duas forças partidárias do Império, pois em face do poder que cobiçavam, a bandeira

dos princípios era não raro deposta para prevalecerem os interesses áulicos, as conveniências de ocasião, as abdições, as acomodações (BONAVIDES, 1994, p. 492).

Nelson Werneck Sodré, no seu livro *a Síntese de História da Cultura Brasileira* (1978) diz que:

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a economia brasileira havia superado a longa crise que a golpeava desde o declínio da mineração. A lavoura do café expandira-se no vale do Paraíba, nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. A produção crescera em ritmo acelerado, passando das 100.000 sacas de 1820 ao milhão de sacas de 1840, aos dois milhões de 1860 (p. 44-45).

A consagração do café como grande produto agrícola nacional, dada a grande demanda no mercado europeu, foi inicialmente sustentada pelo uso da mão de obra escrava e, posteriormente, imigrante. A diminuição do fluxo de escravos a partir de 1850, com a conseqüente substituição da mão de obra escrava pela assalariada, fez surgir um mercado consumidor. A industrialização começou a apresentar um considerável crescimento, especialmente com o investimento nas atividades industriais do setor têxtil. A criação de ferrovias também fez parte desse contexto, possibilitando a circulação de mercadorias para exportação (TEIXEIRA, 1979).

A perda de apoio junto à elite cafeeira, motivado pelo fim da escravidão, fragilizou o império e impulsionou as ideias liberais e o movimento republicano no Brasil. O antagonismo conservadores vs. liberais acabou em um desfecho um pouco diferente do que estava acontecendo nos países vizinhos: a mudança de regime teve o exército brasileiro como maior protagonista. Sobre as causas da queda do império, Alencar destaca:

As transformações econômicas e ideológicas da sociedade brasileira tornaram superado o regime monárquico. As chamadas “questões” – religiosa, militar, escravista e eleitoral – eram manifestações conjunturais do declínio político do império (1996, p. 216).

Em 15 de novembro de 1889, militares proclamam a república, sepultando a monarquia.

O menino monarca

O monarca louro, de 1,90m e olhos azuis nascerá robusto, com 47 cm, em 2 de dezembro de 1825, já príncipe de uma nação com apenas 3 anos de idade. Pedro II cresceu, amadureceu e formou-se homem ao mesmo tempo em que o país, que estava destinado a governar, também crescia, amadurecia e formava-se como nação.

Assim como ocorria com a nação, seus primeiros anos não foram fáceis; a robustez do nascimento desmilinguiu, herdou do pai a epilepsia e ficou órfão de mãe com apenas um ano e nove meses de vida. A nação, sob o comando do seu pai, o imperador Dom Pedro I, português de nascimento, lutava para se firmar no mundo das nações soberanas.

As ideias liberais do príncipe Dom Pedro I cederam lugar aos atos conflitantes do início de seu governo, como a demissão de José Bonifácio, um dos principais articuladores da proclamação da independência, e a dissolução da Assembleia Constituinte. Em 1826, com a morte de Dom João VI, rei de Portugal, contrariou a constituição que encomendara a um grupo de notáveis e foi a Lisboa assumir o trono do pai. Mesmo abdicando em seguida ao trono de Portugal em favor de sua filha, esse fato, somado as suas sucessivas interferências nos assuntos portugueses, gerou descontentamentos no Brasil. A imagem de Dom Pedro I sofreria novos abalos com a perda da província Cisplatina em 1828, com a crise econômica, que culminou com a decretação da falência do Banco do Brasil em 1829, e com a crise política gerada pela demissão do gabinete liberal de Barbacena, que culminou com as “Noites das Garrafas”, em março de 1831. (ALENCAR, 1996, p. 132)

Em 7 de abril de 1831, abdicou em favor de seu filho, Pedro de Alcântara (CARVALHO, 2007, p. 14). O Brasil ganhava um imperador nativo e Pedro de Alcântara tornava-se também, órfão de pai. As características do pai certamente influenciaram o tutor, José Bonifácio, em seu planejamento da educação do menino imperador. De Dom Pedro I, José Bonifácio: “Admirava-lhe o arrojo político, mas abominava o tratamento que ele dava à imperatriz”. (CARVALHO, 2007, p. 23). Do pai, Dom Pedro I herdou o gosto pela música, pela poesia e a aversão ao trabalho escravo. Mas o que mais foi útil ao seu destinado encargo foram os conselhos do pai para se dedicar aos estudos.

Com a saída de José Bonifácio do cargo de tutor imperial, em 1833, substitui-o o Marquês de Itanhaém, que, junto com Frei Pedro de Santa Maria e Souza, viria a ter grande influência na educação do pequeno Imperador e, conseqüentemente, na formação de seu caráter. Itanhaém, diz Carvalho (2007), “queria formar um monarca humano, sábio, justo, honesto, constitucional, pacifista, tolerante” (p. 27), que considerasse todos os seres humanos como iguais. Itanhaém, como descreve Calmon (1975), tinha preocupação em fazer do menino um monarca diferente do pai: “Confiara-lhe o Brasil o órfão: ordenara-lhe que fizesse dele um rei. Se saísse desastrado como o pai, não lhe perdoariam. Seria sempre, ele, o culpado, o desidioso, o imprevidente” (p. 19).

O menino Pedro II vivia em condições simples e tinha uma jornada intensa de estudos, acordava às seis e meia da manhã e deitava às dez da noite. Solitário, tinha pouca convivência com gente da sua idade, dispunha de pouco horário livre, e podia se encontrar com as irmãs para se divertir durante duas horas após o almoço. Segundo Lyra (1977) qualquer menino de família burguesa daquela época se divertia mais do que Dom Pedro II (p.47). Isolado, não tinha conhecimento do que se passava no mundo, mesmo das questões relativas ao governo (CARVALHO, 2007, p. 25).

A educação do futuro imperador era bastante vasta e eclética; ia das ciências naturais à religião, da literatura à música, da dança à esgrima e à equitação, sem se descuidar da matemática, da geografia e da história, disciplina para a qual demonstrava muita aplicação. Mas era ao estudo das línguas que Dom Pedro II demonstrava maior aptidão. Nas palavras de Lyra (1977), o pequeno príncipe “revelaria desde cedo uma grande propensão para tais estudos” (p.46). “Aos nove anos – em 1834 – já lia, escrevia e traduzia regularmente o francês. Começava a ler e traduzir o inglês”, diz Lyra (p. 46). Mais: “Aos 14 anos começava a aprender o Alemão. No latim continuava a fazer rá-

pidos progressos, e compunha já com raros erros. Mostra predileção por Virgílio, dizia Frei Pedro”. (p. 47).

Nunca se cansou de estudar línguas e adquiriu competência de fala e escrita, além do português, em latim, francês, inglês, italiano, alemão, espanhol, grego, árabe, hebraico, sânscrito, chinês, provençal e, mesmo, em tupi-guarani (CARVALHO, 2007, p. 226).

O monarca, as ciências e a cultura

Dom Pedro II, cujo nome completo é Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, viveu entre 1825 e 1891. O ilustre governante, considerado um intelectual, admirador das ciências, apreciador das artes e da literatura, teve seu governo caracterizado pela liberdade de informação e pela tolerância, e o país viveu um período de estabilidade e desenvolvimento. Governou um país em que o analfabetismo atingia mais de 80% da população. Era sensível às transformações sociais e defensor da abolição, mas foi somente sob a regência de sua filha, a princesa Isabel, que se deu a abolição da escravidão – o Brasil foi o último país da América a fazê-lo, em 1888. Durante seu governo, o Brasil viveu um período de estabilidade e desenvolvimento. Morreu em Paris, no exílio, dois anos depois de proclamada a república no Brasil, sem jamais ter voltado a rever sua pátria.

Ainda hoje é admirado no cenário nacional e lembrado pelo incentivo à educação e à cultura, pela defesa da nação, pela diplomacia e pelas relações com personalidades internacionais, como os escritores Lamartine e Victor Hugo, o cientista Louis Pasteur e a atriz italiana Adelaide Ristori.

Em artigo publicado na revista da SBHC, Nadja Paraense dos Santos, assim descreve Dom Pedro II:

Na Europa capitalista e industrial, o período é denominado de século da ciência, com as pesquisas, os laboratórios, o ensino técnico e científico, as associações científicas e os museus nacionais. No Brasil, D. Pedro II a tudo acompanhava. Assinava publicações científicas, correspondia-se com sábios, organizava expedições científicas e culturais, convidava cientistas para visitar o país, concedia bolsas no exterior para estudantes brasileiros, encorajava as pesquisas e discutia os novos conhecimentos, demonstrando um obsessivo amor à ciência (2004).

Como homem de cultura, incentivava a educação e o estudo de línguas estrangeiras. Há registros de que tenha, inclusive, acompanhado aulas de aplicação de novos métodos de ensino de línguas estrangeiras, como o que consta da folha de rosto do livro *Novo curso de língua inglesa pratico, analytico e synthetico*, de 1856, por T. Robertson, organizado pelo professor Cyro Cardoso de Menezes no Imperial Colégio de Pedro II (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

O monarca e o homem (“*nel mezzo del cammino*”)

A infância reclusa e voltada a aprender as artes de governar não desumanizaram o homem Pedro de Alcântara. Talvez ele, mais do que ninguém, soubesse entender e racionalizar a diferença entre Pedro-homem e Pedro-

instituição. Aliás, racionalizar foi uma condição essencial para que pudesse levar a bom termo sua tarefa de imperador, pois, não fosse essa qualidade, poderia, como o pai, seguidamente ter posto em risco a estabilidade constitucional, que acreditava ser a melhor forma de conduzir o governo do Brasil.

Como homem, Dom Pedro II foi acometido de todas as paixões e inseguranças a que está sujeito qualquer ser humano: sentiu-se enganado quando lhe apresentaram a já esposa, Teresa Cristina, irmã do rei Ferdinando II das Duas Sicílias, por decepcionar-se com a imagem muito diferente do retrato; teve várias amantes e um grande amor, a Condessa de Barral, com quem manteve uma relação que se prolongou por mais de 30 anos. Mais que qualquer outra coisa terrena, amava o conhecimento, o que o levou a empreender três grandes viagens internacionais, financiadas com os numerários que o orçamento do Estado lhe destinava para as despesas pessoais. Essa ânsia por conhecimento lhe conduziu ao estudo das artes e das ciências. Contudo, como não é possível estabelecer-se uma fronteira fixa entre o homem e o monarca, tanto um quanto o outro desejavam que a nação também acessasse esse conhecimento. Um dos gestos que demonstram essa vontade é o financiamento, do próprio bolso, de estudantes brasileiros no exterior.

O monarca Dom Pedro II se via como um governante constitucional cuja principal tarefa era moderar os interesses entre os diversos grupos da cena política brasileira, buscando, na síntese dessas ideias, o melhor para o país. Não abria mão de alguns princípios que considerava fundamentais para a construção da nação, dentre eles, a promoção da educação, eleições e a liberdade de imprensa. No caderno IX de seu diário, em 31 de dezembro de 1861, Dom Pedro anota:

A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a de imprensa não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transgride ou consente na transgressão deste princípio é o maior inimigo do Estado e da monarquia...

Leio constantemente todos os periódicos da Corte e das províncias os que, pelos extratos que deles se fazem, me parecem mais interessantes. A tribuna e a imprensa são os melhores informantes do monarca (BEDIAGA, 1999, v.9).

Dom Pedro nomeava o conselho de ministros e o seu presidente, e com eles mantinha uma reunião colegiada e despachos individuais. Cobrava-lhes a defesa do governo e a responsabilidade de seus próprios atos, e fiscalizava suas ações. De resto, procurava interferir o menos possível nas disputas político-partidárias. Assim, escreve no diário a 31 de dezembro de 1861 sobre esse tema:

Não sou de nenhum dos partidos para que todos apóiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensáveis para o regular andamento do sistema constitucional, quando, como verdadeiros partidos e não facções, respeitam o que é justo (BEDIAGA, 1999, v.9).

Sobre a dicotomia homem-monarca, anota no diário nesse mesmo dia:

Pouco direi do indivíduo. Tenho espírito justiceiro, e entendo que o amor deve seguir estes graus de preferência: Deus, humanidade, pátria, família e indivíduo. Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o sobretudo à minha

aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberdade; mas não sei por quê; com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por ano.

Nasci para consagrar-me às letras e às ciências, e, a ocupar posição política, preferiria a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu Pai imperasse ainda estaria eu há 11 anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo.

Jurei a Constituição; mas ainda que não a jurasse seria ela para mim uma segunda religião (BEDIAGA, 1999, v.9).

E lamenta a monotonia da vida privada de um governante:

[...] a mocidade rouba muito tempo, ainda que este não me sobre para principiar amanhã um diário de minha vida, cuja parte que pertence ao público fica aliás registrada nos períodos e a particular é bastante monótona (BEDIAGA, 1999, v.9).

Dom Pedro escreveu essas notas em seu diário, em 31 de dezembro de 1861, quando governava o Brasil há 21 anos, ou seja, próximo da metade de seu reinado de 49 anos e aos 37 anos de vida. Esse rápido tratado sobre política conclui-se numa profunda reflexão pessoal sobre suas fraquezas e sua relação com a mulher, que não amava, mas, a quem aprendera a admirar:

Confesso que em 21 anos muito mais se poderia ter feito; mas [...] viveria inteiramente tranqüilo em minha consciência se meu coração já fosse um pouco mais velho do que eu; contudo respeito e estimo sinceramente minha mulher; cujas qualidades constitutivas do caráter individual são excelentes.

O monarca e o tradutor

Governantes e monarcas de todos os se interessaram pela tradução, na maioria das vezes motivados pelo poder dessas na formação da opinião social, pois, como coloca Lefevere “a tradução projeta uma imagem” e essa imagem está “a serviço de determinadas ideologias” (2007, p. 75). Contudo, bem poucos governantes se interessaram por ela como um campo de estudo e, possivelmente, um número menor ainda se dedicou a sua prática de forma tão extensiva e abrangente como Dom Pedro II. Alguns soberanos que podem constar dessa lista são: Alfredo, o Grande; rei Wessex da Inglaterra, do séc. IX, que traduziu obras do latim para o inglês; Afonso X, o Sábio, rei de Castela e Leão, no século XIII, patrono da Escola de Tradução de Toledo, onde incentivou a tradução dos textos da antiguidade clássica para as línguas vernáculas ocidentais; e D. Luís de Bragança, rei de Portugal, tradutor de Shakespeare e contemporâneo de Dom Pedro II.

A extensão e abrangência da obra de Dom Pedro II, somada a sua incansável dedicação a ela, são indicativos de que, além de prováveis motivações políticas, das quais um governante certamente não pode descuidar, havia um entusiasmo próprio do homem, do intelectual, ávido por conhecimento e por ampliar sua visão de mundo. Esse fato por si só é um dado suficiente para tornar Dom Pedro II um objeto de estudo de interesse acadêmico; afora isso, soma-se o contexto próprio da época do segundo império – a única monarquia da América liberta, o primeiro governante nascido no Brasil, a longevidade de seu

reinado e o seu apreço pela democracia e pela liberdade chancelados por seus atos, escritos e pelas relações com intelectuais e figuras eminentes do XIX século, espalhados pelo mundo ocidental. Os próprios textos escolhidos por Pedro de Alcântara para serem traduzidos expressam seu valor e sua universalidade.

No livro de traduções e poesias de Dom Pedro II, publicado em 1889 pelos netos D. Pedro e D. Luiz, filhos da princesa Isabel, encontra-se, além de suas poesias, as traduções de poemas de Victor Hugo, Leconte de Lisle, Félix Anvers, Henry Longfellow, John Whittier, Alessandro Manzoni, entre outros, num total de 26 poemas; traduções de duas canções, dois cantos do *Inferno da Divina Comédia* e sete cantos religiosos.

Esse livro, impresso pela Typografia do Correio Imperial, em Petrópolis, não contém prefácio ou mesmo qualquer tipo de comentário. Na primeira parte do livro, encontram-se os sonetos de autoria do próprio imperador. Na sequência, vêm as traduções, subintituladas de “versões”. Na edição de 1932, da Editora Guanabara, há um prefácio de autoria do jornalista e escritor Medeiros e Albuquerque que guarda um tom bastante crítico em relação à capacidade de poeta de Dom Pedro II. Sobre os *Sonetos do Exílio*³, publicados em Paris, em 1898, Medeiros e Albuquerque chega a duvidar de que a autoria seja do monarca. As traduções de Dom Pedro II que constam da edição de 1932 – segundo Medeiros e Albuquerque uma cópia fiel da edição de 1889 – são, pela ordem:

1. Episódio do Conde Ugolino, *Divina Comédia*, Dante Alighieri;
2. Episódio de Francisca de Rimini, *Divina Comédia*, Dante Alighieri;
3. Ode “Cinco de Maio”, tradução de *Il Cinque Maggio*, de Alessandro Manzoni;
4. *A canção dos latinos*, traduzida da versão em italiano *La Canzone dei Latini* de canção provençal feita por Leonida Olivari, seguido da versão em italiano;
5. Soneto *A Aloys Blondel*, tradução de *A Aloys Blondel*, de François Coppée, seguido do original francês;
6. Soneto de Félix Anvers, intitulado simplesmente *Sonnet*, seguido do original francês;
7. Poema *A Passiflora*, tradução de *La Passiflore*, da Condessa de Chambrun, seguido do original francês;
8. Soneto de D. Mon, intitulado simplesmente *Sonnet*, seguido do original francês;
9. Soneto *a Coquelin*, tradução de *Sonnet a Coquelin*, de Jean Richepin, seguido do original francês;
10. Soneto de Sully Prudhomme, intitulado simplesmente *Sonnet*, seguido do original francês, cujo início é “Il est tard...”;
11. Soneto de Sully Prudhomme, seguido do original francês, cujo início é “La Grande Ourse...”;
12. Soneto *O magistrado*, tradução de *Le Magistrat*, de Rigaud, presidente do Tribunal da Relação d’Aix, que o escreveu em homenagem a esse tribunal, seguido do original francês;
13. Soneto *A terra natal*, tradução de *Le sol natal*, de Rigaud, escrito em homenagem à aldeia de Pourrières, seguido do original francês;
14. Soneto do General Carnot intitulado simplesmente *Sonnet*, seguido do original francês;
15. Soneto *O beija-flor*, tradução de *Le colibri*, de Leconte de Lisle, seguido do original francês;
16. Soneto *A La mignarda*, tradução de *A la Mignarde*, de Rigau, seguido do original francês;
17. *O Adeus*, tradução de *Les Adieux*, do *journal l’Illustration* de dezembro de 1887, seguido do original francês;
18. Soneto de Helena Vacaresco, intitulado simplesmente *Sonnet*. São duas traduções, seguidas do original francês;

³ ALCÂNTARA, D. Pedro de. *Sonetos do Exílio*. In: *Poesias Completas de Pedro II* (Com um prefácio de MEDEIROS E ALBUQUERQUE). Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.

19. Poema de seis estrofes *Cantiga de Nadaud*, tradução de *Chanson de Nadaud*, escrito para servir de prefácio às *Canções de Béranger*, seguido do original francês;
20. Poema *O besouro*, tradução de *Le Hanneton*, de Gustave Nadaud, seguido do original francês;
21. Versos de Gustavo Nadaud, tradução de *Vers de Gustave Nadaud*, escritos sob o retrato da Duquesa Colonna pintado por ela mesma, seguido do original francês;
22. Poema *A borboleta e a flor*, tradução de *Le papillon et la fleur*, de Victor Hugo, seguido do original francês;
23. Estâncias (estrofes) em homenagem a S. M. o Senhor D. Pedro de Alcântara, escritas por Alfredo Theulot a bordo do navio Congo, seguidas do original francês;
24. Poema *A sua majestade Dom Pedro II*, tradução dos versos do comandante Moreau, seguido do original francês;
25. Poema dedicado a Chapelle e Bachaumont na sua viagem pela Provença, seguido do original francês;
26. Versos d'Ernesto Heller à morte do poeta Drammor, seguidos do original alemão;
27. Epigrama feito pelo Dr. Dodderige, seguido do original inglês;
28. Poema *O choro d'uma alma perdida*, tradução de *The cry of a lost soul*, de John Whittier;
29. Poema *O canto do siciliano: El rei Roberto da Sicília*, tradução de *The Sicilian's Tale: King Robert of Sicily*, de Henry Longfellow;
30. Poema *Aos mortos de Sahati*, tradução de *Ai morti di Sahati*, de Luigi Nobrega, seguido do original italiano;
31. Cantos religiosos *Miserere* (Psalmo L.), *Oh Salutaris Hostia*, *Panis Angelicus*, *Ave, verum*, *Pange lingua*, *Vexilla regis*, *Stabat mater*.

Como a maioria dos intelectuais brasileiros do período, Dom Pedro II tinha o francês como a língua de literatura e cultura. Isso se expressa na quantidade de poemas cuja tradução se deu a partir do francês.

Outras traduções foram publicadas na França, em 1891, na obra *Poésies Hebraico-Provençales du Rituel Israelite Comtadin Traduites et Transcrites par S. M. Dom Pedro II d'Alcantara, Empereur du Brésil*, onde constam poesias hebraico-provençais traduzidas do hebraico para o francês.⁴ Dom Pedro II tinha muito apreço pelo hebraico, língua que começou a estudar por volta de 1860. Em seu diário registra: "Traduzi *Neemias* com facilidade, não tenho esquecido o hebraico". Nessa língua traduziu partes do *Velho Testamento* para o latim, dentre elas o *Cântico dos Cânticos*, os livros proféticos *Isaías* e *Jeremias*, *Lamentações* e os livros da sabedoria de *Jó*; traduziu para o inglês e para o grego o significado de palavras hebraicas do *Livro dos Salmos* e fragmentos do *Gênesis*, num trabalho que está no Museu de Petrópolis, e traduziu *Camões* para o hebraico. Da *Bíblia*, ainda, traduziu os *Atos dos Apóstolos do Novo Testamento*.

Dom Pedro II traduziu diretamente do árabe as "Mil e uma Noites", obra que não conseguiu concluir. Segundo Rosana Souza (2010), em sua dissertação *A gênese de um processo tradutório: as mil e uma noites de D. Pedro II*, o monarca é um tradutor bastante fiel ao texto de partida: "mantém tudo, até as características de linguagem do texto original". O texto de partida utilizado para a tradução pelo monarca foi o de Breslau, publicada na Alemanha em 1825.

No ocidente, a versão mais conhecida do texto das "Mil e Uma Noites" é em francês e foi traduzida pelo orientalista Antonie Galland, cujo texto de chegada possui modificações em relação ao original⁵. Já Dom Pedro II man-

⁴ *Poésies Hebraico-Provençales du Rituel Israelite-Comtadin. Traduites ET transcrites par S. M. Dom Pedro II D'Alcantara, Empereur du Brésil. Seguin Frères, Emprimeurs-Editeurs. Avignon, 1891.*

⁵ GALLAND, A. *Les Mille et une nuits: Contes Arabes*. Paris: Ernest Bourdin, tome I, II, 1704.

teve até mesmo trechos eróticos que outros escondiam. "Quando viu-me riu-se no rosto de mim e apertou-me ao peito d'ella e a boca de mim sobre a boca d'ella", diz um dos trechos traduzidos. A tradução francesa do mesmo trecho fala apenas em "saudações", diz Rosane. Traduziu Araucana, poema épico de *Don Alonso de Ercilla*, o *Hitopadesa* ou "instrução útil", atribuído ora a Narayana, ora a Visnusarman, do qual o manuscrito mais antigo data de 1373 AD; "Prometeu acorrentado", de Ésquilo e a "Odisséia" de Homero, clássico fundador da literatura ocidental.

Observando alguns trechos de seu diário sobre a tradução da "Odisséia", por exemplo, podemos perceber o quão dedicado e rigoroso era Dom Pedro na tarefa de tradutor. As citações destacadas iniciam-se em 13 de julho de 1887 e vão a 2 de janeiro de 1891, ou seja, um período de mais de três anos e meio. Nesse período, além de trabalhar a tradução propriamente dita, Dom Pedro, algumas vezes acompanhado do professor Seibold, comparou a sua tradução com a tradução alemã; comparou o texto original da Odisséia com a versão de Mme. Dacier; comparou o texto original da Odisséia com a versão de Odorico Mendes e ainda estudou a tradução feita pelo francês Leconte Delisle;

22 de janeiro de 1890 (4ª feira)	10h 10' [...] Ainda traduzi a Odisséia e li provas da arte guarani de Restivo com o Seibold. [...]
31 de janeiro de 1890 (6ª feira)	10h Traduzi Homero. Odisséia. Continuei a leitura da edição da Arte Guarani de Restivo feita pelo Seibold. Comparei uma tradução alemã dos Lusíadas com o original.[...]
19 de abril 1890 (sábado)	10h 10' Traduzi Odisséia comparando o original com a versão de Mme. Dacier. Podia essa bas-bleue empregar melhor o seu tempo. Pouco tempo tive para o guarani. [...]
17 de agosto de 1887 (4ª feira)	1h ¾. Almocei bem. Descansei. Acabo de traduzir a Odisséia com Seibold. Vou sair.
3 de setembro de 1887 (sábado)	1h ½ Dei lição de grego traduzindo a Odisséia e comparando-a com a tradução alemã. Vou sair.
7 de setembro de 1887 (sábado)	1h 35' Acabada comparação da tradução alemã dos Lusíadas com o original da tradução da Odisséia. Tem chovido.
17 de janeiro de 1888 (3ª feira)	4h ¼ Chego do concerto da Pulcinska. Foi muito bom. Dei o programa a Antônia para lê-lo com as minhas notas à margem. Meia-noite. Traduzi a Odisséia e comparei a tradução alemã dos Lusíadas com o original no meu estudo em companhia do Seibold. Jantei com apetite.
30 de janeiro de 1888 (2ª feira)	10h ¼ [...] Antes do jantar, em que comi com apetite, traduzi no meu estudo com o Seibold a Odisséia, comparando-a à versão francesa, de que já falei, depois de ter voltado de meu passeio a pé até à exposição que percorri durante algum tempo, seguindo depois pela praia até a perfumaria Lubin, cujo terreno atravessei para tomar o carro. Quando estava com o Seibold veio madame Tachard com a filha a quem fui falar, tornando com pouca demora ao grego.

9 de setembro de 1890 (3ª feira)	2h 35' Homero – <i>Odisséia</i> comparando o original com a tradução de Odorico Mendes – Seibold bebe café. Vou a Camões.
2 de janeiro de 1891 (6ª feira)	6h 20' <i>Odisséia</i> . O príncipe de Montenegro estava dormindo e não pude obter a tradução de Leconte Delisle que lhe emprestei. Espero a Isabel para jantar. Chegou.

Fonte: BEDIAGA, 1999.

Ao que parece, Dom Pedro não traduzia com o objetivo de fama literária, nem mesmo com a ambição de publicar livros. Traduzia por prazer, para treinar o conhecimento e a fluência nos vários idiomas que cultivava; porém, como homem da política, provavelmente, na escolha dos textos, a ideologia também lhe falava.

A microanálise das traduções assinala a tendência de Dom Pedro em manter similaridade com as características do original do qual traduzia, ou seja, mantinha com este uma relação formal, procurando conserva-lhe o conteúdo, tal como se apresentava, observando a disposição espacial da métrica e, sempre que possível, a sonoridade de rimas. Denota-se a influência da escola francesa de versificação, com seus versos alexandrinos.

Nesta tabela, onde constam três traduções da parte final do Canto V do *Inferno da Divina Comédia* de Dante Alighiere, a de próprio Dom Pedro II, a do contemporâneo José Pedro Xavier e a de Ítalo Eugênio Mauro, feita cerca de 100 anos depois das primeiras, pode-se perceber o esforço poético do monarca em produzir uma tradução fluente muito próxima do original, respeitando a métrica e a entonação silábica.⁶

vv	Dante Alighieri	Dom Pedro II (manuscrito final)	José Pedro Xavier Pinheiro	Ítalo E. Mauro
139	Mentre che l'uno spirto questo disse,	Enquanto essa alma canta o seu labor,	Enquanto a história triste um tinha dito,	Enquanto uma dizia seu amargor,
140	l'altro piangea; sì che di pietade	A outra chora e tanto o dó que me attrae,	Tanto carpia o outro, que eu, ab-sorto	Chorava a outra alma e, como quem se esvai
141	io venni men così com'io morisse.	Que desmandei, da morte sob a côr,	Em piedade, senti letal conflito,	Em morte, eu me esvai de pena e dor,
142	E caddi come corpo morto cade.	E cahi como corpo morto cae.	E tombei, como tomba corpo morto.	E caí como corpo morto cai.

Fonte: BEDIAGA, 1999.

⁶ Na tradução da *Divina Comédia*, Dom Pedro II empregou tercetos encadeados.

Considerações finais

A observação genérica da obra tradutória de D. Pedro leva a inferir que traduziu motivado principalmente por razões particulares e eruditas, que exerceu a atividade com base em seu desejo de dominar várias línguas e de conhecimento geral das ciências e das culturas. Dois indícios que corroboram com essa hipótese são: ter traduzido autores contemporâneos, que admirava e com muitos dos quais se relacionava, e ter traduzido, entre vários pares de língua, não somente de outras línguas para o português, numa demonstração inequívoca de que não traduzia apenas pensando em possíveis leitores brasileiros. Já a tradução de um poema feito em sua homenagem pelo comandante do navio no qual viajou pode revelar indícios de uma atitude mais ideológica e de preocupação com a sua imagem. No mesmo sentido parece que estava sua expectativa em relação à recepção da publicação, em 1891, das traduções para o francês de poesias hebraico-provençais. No prefácio, evidencia esperar uma recepção positiva de seu trabalho. Lembremos que nesse período Dom Pedro estava no exílio na França, e não escondia a mágoa por não lhe terem permitido permanecer na sua terra natal. A expectativa de reconhecimento na pátria da erudição seria uma forma de causar constrangimento àqueles que o haviam renegado.

Para André Lefevere (2007) e Gideon Toury (1995), a tradução é uma “reescrita” que, assim como o original, no interior de seu polissistema político-cultural, tem o poder de influenciar a cultura de chegada. Desse modo, a relação produto-processo-função é viva, e uma pesquisa, para chegar a conclusões pertinentes, exige invariavelmente a identificação dos parâmetros de relação entre eles. Para Lefevere, o texto original é manipulado e reinterpretado. Essa alteração conduz a tradução a um estágio de reinterpretação criativa através da qual o tradutor se faz presente no texto de chegada, introduzindo sua voz através do efeito que deseja causar na cultura alvo.

Para além das motivações de Dom Pedro, parece fato – embora muito se tenha estudado e se estuda sobre o imperador erudito – que ainda é bastante modesta a pesquisa em torno do seu trabalho como tradutor, sobre como se inseria no processo criativo, quais etapas percorria, como fazia escolhas e se tinha consciência de tais escolhas; e, também, para que público escrevia.

Enfim, que tipo de tradutor era Dom Pedro e qual o papel da tradução na sua formação como escritor? É possível remontar o que se passava na mente do tradutor-poeta-imperador Dom Pedro II durante o ato tradutório? Essas são respostas possíveis de serem buscadas através de uma análise genética do processo criativo de Dom Pedro, tomando como base seus manuscritos.

A crítica genética originou-se na França, em 1968, a partir do estudo de manuscritos literários. Chegou ao Brasil, informa Romanelli (2006), em 1985, pelas mãos de Philippe Willemart, e posteriormente pelas de Cecília Salles. O método, segundo Biasi (1997), consiste em considerar que o resultado de um trabalho artístico é fruto de uma sucessão complexa de fatos e fenômenos que vão da preparação da pesquisa, às técnicas de escritura e correções, até as influências de diversas ordens que incidem na composição da obra. Para Romanelli (2006) a crítica genética mostra “o avesso do texto publicado” (p. XX), processo que permite que se desmistifique a ideia de que “uma obra nasce já pronta como resultado espontâneo de pura inspiração” (p. XX). Resumidamen-

te, pode-se dizer que a crítica genética é uma abordagem analítica que procura entender os signos, buscando reconstruir a gênese do texto tido como final, co-tejando-o com os manuscritos. Seu objetivo é compreender o mecanismo da criação buscando identificar processos de escrituras do autor. Por fim, pode-se afirmar que o país carece de pesquisa sobre processos tradutórios, em peculiar de estudos sobre tradutores brasileiros.

O pouco conhecimento do trabalho de Dom Pedro II como tradutor pode ser um indício da existência de lacunas no estudo da história da tradução brasileira. Assim como Imperador, é possível que outros tradutores brasileiros também tenham sido pouco estudados. Tais lacunas nos remetem à reflexão sobre a necessidade de uma edificação mais substancial de uma história da tradução no Brasil.

Romeu Porto Daros

romeud@hotmail.com

Mestrando, Universidade Federal de Santa Catarina

Referências bibliográficas

- ALCÂNTARA, D. Pedro de. *Poesias Completas de Pedro II* (Com um prefácio de MEDEIROS E ALBUQUERQUE). Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.
- ALENCAR, Chico, CARPI, Lúcia & RIBEIRO, Marcus Venicio. *História da Sociedade Brasileira*, 13ª edição, Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1996.
- ALIGHIERI, Dante. *Tutte le opere*. Roma: Grandi tascabili economici Newton, 1993.
- _____. *A Divina Comédia: Inferno*. Tradução e notas de Italo Eugenio Mauro. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- BEDIAGA, Begonha. *Diário do imperador D. Pedro II*. Organizado por Begonha Bediaga. Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- BIASI, Pierre-Marc de. A crítica genética. In: BERGEZ, Daniel et al. *Métodos críticos para a análise literária*. São Paulo, Martins Fontes, 1997, pp. 1-44.
- CALMON, Pedro. *A Vida de Pedro II, o Rei Filósofo*. Rio de Janeiro: Bibl. do Exército, 1975.
- CARVALHO, J. M. D. *Pedro II: Ser ou não Ser*. Coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CASTRO, Therezinha. *História documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Studies. *Poetics Today. International Journal for Theory and Analysis of Literature and Communication*, Vol. 11, Number 1 Spring 1990.
- HOBSBAWM, Eric. *Era das Revoluções – 1789/1848*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 25ª Edição, 2010.
- HOLMES, J. (1972. 1988, 2000). *The Name and Nature of Translation Studies*. In *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Amsterdam: Rodopi.
- LEFEVERE, André. *Tradução, reescrita e manipulação da fama literária*. Trad. Claudia Matos Seligman. Bauru: EDUSC, 2007.
- LYRA, Heitor. *História de Dom Pedro II, 1825-1891*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1977.
- OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. *A Historiografia Brasileira da Literatura Inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Dissertação de Mestrado em Teoria Literária, IEL/UNICAMP, 1999.
- ROMANELLI, Sérgio. *A gênese de um processo tradutório: os manuscritos de Rina Sara Virgillito*. Tese de Doutorado em Letras e Linguística, Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, 2006.
- SANTOS, Nadja Paraense dos. *Pedro II, sábio e mecenas, e sua relação com a química*; Revista da SBHC, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 54-64, jan./jun. 2004.
- SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. *História geral: teoria e prática*. São Paulo: Rideel, 1ª Edição, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

- _____. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SOUZA, Rosane de. *A gênese de um processo tradutório: as mil e uma noites de D. Pedro II*. Dissertação de mestrado em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- TEIXEIRA, Francisco Maria Pires; DANTAS, José. *História do Brasil: da Colônia à República*. São Paulo: Editora Moderna, 2ª Edição, 1979.
- TOURY, Gideon. *Descriptive Translation Studies and Beyond*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.
- TOURY, Gideon. *A Tradução como Meio de Planificação e a Planificação da Tradução*. in *Histórias Literárias Comparadas: Colóquio Internacional*. Lisboa: Colibri, 2001, pp. 17-32.
- WYLER, L. *Línguas, Poetas e Bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro. Ed. Rocco, 2003.